CNMSP

CONGRESSO NACIONAL DOS MÉDICOS DE SAÚDE PÚBLICA

DECLARAÇÃO

VII Congresso Nacional dos Médicos de Saúde Pública

30 de setembro a 2 de outubro de 2026

Espinho

Declaração do VII Congresso Nacional dos Médicos de Saúde Pública

Decorrido o VII Congresso Nacional dos Médicos de Saúde Pública, nos dias 30 de setembro a 2 de outubro de 2026 em Espinho, sob o mote **"Da política à comunidade: um contrato para a saúde"**, a Comissão Organizadora afirma que proteger e melhorar a saúde das populações é uma responsabilidade coletiva, que atravessa governos, instituições, territórios, setores e gerações.

Do debate destes dias levou-se conhecimento e responsabilidade. Há que transformá-los em ação. **Neste Congresso, propõe-se um compromisso para:**

1. Colocar a saúde no centro da decisão

A saúde constrói-se muito para além dos serviços de saúde. Defender a sua integração nas políticas económicas, sociais, ambientais, educativas e territoriais, levando a evidência em saúde pública aos espaços onde as decisões são tomadas.

2. Fazer da equidade uma escolha consciente

Não basta melhorar a saúde média da população se persistirem ou aumentarem desigualdades evitáveis. Compromisso para identificar quem fica para trás e a defender políticas, recursos e respostas proporcionais às necessidades de cada população.

3. Defender o acesso à saúde, para além do acesso aos cuidados

O acesso efetivo exige serviços disponíveis e adequados, proteção financeira e condições sociais que permitam às pessoas alcançar o seu potencial de saúde.

4. Dar à prevenção o mesmo peso que damos à resposta

Uma política de saúde que intervém apenas quando a doença, a emergência ou a desigualdade já se instalaram limita os resultados e os objetivos de saúde. Trabalhar para que promoção da saúde, prevenção, preparação e antecipação do risco sejam funções estruturantes das políticas públicas.

5. Exigir decisões transparentes, informadas e responsáveis

A saúde é decidida por múltiplos atores, dentro e fora do Serviço Nacional de Saúde. Defender decisões sustentadas pela melhor evidência disponível, planeamento estratégico adequado às necessidades da população e estabilidade das políticas, com transparência sobre os interesses que nelas participam e responsabilização pelos seus resultados.

6. Reforçar a Saúde Pública onde a saúde acontece

Nas Unidades Locais de Saúde, nos municípios e nas comunidades, assumir o papel da Saúde Pública na leitura das necessidades das

populações, na articulação entre setores e na transformação de conhecimento em intervenções concretas.

7. Construir alianças para a saúde

Nenhuma instituição, profissão ou setor consegue, isoladamente, responder aos desafios que enfrentamos. Procurar ativamente o diálogo entre decisores, profissionais, academia, autarquias, setor social, sociedade civil e comunidades, como participantes na sua construção e não apenas como destinatários das políticas.

8. Assumir responsabilidade pelo futuro

As decisões de hoje determinam a saúde das populações de amanhã. Perante as desigualdades, a transição demográfica, as futuras emergências e as alterações climáticas, compromisso para não deixar às próximas gerações problemas sobre os quais já hoje temos conhecimento e capacidade para enfrentar.

Esta Declaração não encerra o VII Congresso Nacional dos Médicos de Saúde Pública. Prolonga-o.

Leva-se de Espinho o compromisso de continuar a questionar, propor, construir e agir, **da política à comunidade, por um verdadeiro contrato para a saúde.**